

Sa Embora não tenha sido implementado para distribuir renda, o Plano Real reduziu significativamente o percentual de miseráveis, aqueles que vivem com menos de R\$ 70 por mês, em 1994 e 1995. Depois, no entanto, o percentual voltou a aumentar, em meio ao impacto das crises externas e da dependência brasileira por recursos estrangeiros. A última matéria da série sobre os oito anos do Plano Real mostra que o crescimento reduzido ajudou a comprometer a distribuição de renda no Brasil

Proporção de miseráveis caiu em oito anos

MARTA SFREDO

Como reconhece até o presidente Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real fez muito, mas não fez tudo. A maior dívida é a do desenvolvimento sustentado, porque a média dos oito anos é baixa, de 2,8%.

O principal impacto da falta de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) se abate sobre a área social, com desemprego elevado e queda na renda, mas os muito pobres ainda estão com balanço positivo nos últimos oito anos.

Quem sustenta essa avaliação é Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele contabiliza o saldo favorável com a insuspeção que lhe confere o fato de ser o responsável pelo levantamento de um número desconfortável para o governo – um contingente de miseráveis acima de 50 milhões de brasileiros.

– O governo detesta o número, mas a pobreza não aumentou no país como um todo. O que andou mal foi o rendimento do trabalho, que teve queda anual de 4,5% entre 1996 e 1999 – contabiliza Neri.

Especialista identifica três fases no Plano Real

O especialista em estatística e análise social separa o período do Real em três fases: uma entre 1994 e 1995, que chama de lua-de-mel, e outra entre 1996 e 1999, o período das crises. Na primeira, o percentual de miseráveis – pessoas que sobrevivem com menos de R\$ 70 mensais – cai de 33% para 25% da população. Depois, volta a se elevar para 27,9%. Em 2000, parecia se configurar uma retomada, mas com a agonia argentina e a recessão norte-americana, Neri prevê que o biênio

2001-2002 seja marcado pelo padrão do período de crises.

– O Real não era um plano de caráter social, não tinha como escopo mexer na distribuição de renda, mas teve como efeito colateral alguma redução de desigualdade – atesta.

Rede de proteção social permitiu efeito positivo

O saldo positivo para os miseráveis, acrescenta, contrasta com uma “estupidamente forte redução de renda do trabalhador nas áreas metropolitanas”. Neri explica que o benefício da redução do contingente de miseráveis o impressiona mais porque “é uma raridade na história do Brasil”.

O efeito líquido positivo foi possível, avalia, graças à rede de proteção social criada pelo conjunto de políticas que incluí o aumento real nas aposentadorias e os reajustes maiores a quem recebe benefícios de até um salário mínimo. O especialista também acredita que depois de passar o primeiro mandato sem justificar o “S” na sigla PSDB, o governo finalmente encontrou uma fórmula adequada no Projeto Alvorada, na sua opinião “um arcabouço integrado de combate à miséria”.

– É ainda pouco conhecido, mas tem uma série de características importantes, como começar atendendo aos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – observa Neri.

Segundo o pesquisador da FGV, pode haver críticas à falta de divulgação e à adoção tardia do Alvorada, mas considera sua manutenção tão importante como a dos compromissos com a estabilidade. Na avaliação de Neri, violência e desemprego aparecem em primeiro lugar nas pesquisas sobre a maior preocupação dos brasileiros porque são problemas das áreas metropolitanas. Nos grotões do país, a miséria não responde questionários.

OS INDICADORES

Produção

A evolução do PIB, em %:



* Variação do PIB no primeiro trimestre em relação a igual período de 2001

Desemprego

Média anual da taxa de desemprego aberto, em % da população economicamente ativa:



* Taxa de desemprego em maio

Dependência externa

O déficit em conta corrente:

	US\$ bilhões	% do PIB
1994	1,8	0,3
1995	18,4	2,7
1996	23,5	3
1997	30,4	3,8
1998	33,4	4,2
1999	25,3	4,8
2000	24,2	4,1
2001	23,2	4,6
2002*	19,4	3,8

* Déficit das transações correntes em abril

A balança comercial

O saldo da balança comercial, em US\$ bilhões:



* Acumulado de janeiro a junho

Fonte: IBGE, Banco Mundial, FGV, Anuário Social

Baixa expansão dificulta distribuição de renda

Até documentos do governo na Internet, como o site Infra-Estrutura Brasil, reconhecem que o Brasil tem “uma das mais desiguais distribuições de renda do mundo”.

Entre os muitos desafios para reduzi-la, está a falta de indicadores adequados para mensurar o problema, argumenta o gaúcho Márcio Pochmann, secretário de Desenvolvimento e Trabalho do município de São Paulo.

Pochmann explica que uma das poucas formas de medir a distribuição é a verificação de quanto se apropriam da renda nacional os 10% mais ricos e a maioria mais pobre. O problema, afirma, é que isso mede apenas a desigualdade entre os que têm renda:

– Tivemos um fenômeno novo, que se dá pela presença do desempre-

go e da ocupação sem rendimento. Os dados mostram a existência de 4 milhões a 5 milhões de chefes de domicílio sem renda que não entram no indicador – correto tecnicamente, mas que não dá conta de uma realidade nova.

Segundo o economista, que chefiou por vários anos o Centro de Estudos Sindicais de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas (Cesit/Unicamp) e hoje enfrenta o desafio de fazer política social na maior concentração urbana da América do Sul, é realmente difícil conciliar combate à desigualdade social com premência fiscal.

A pressão aumentou pelo fato de termos crescido menos na década de 90, pouco mais de 2%. Se tivéssemos crescido a 5%, haveria uma carga tributária inferior com melhores condições sociais – arriesca Pochmann.

O crescimento, avalia, poderia ter sido obtido com aumento nas exportações. O economista pondera que as exportações não podem garantir sozinhas um crescimento de 5%, mas amenizariam a fragilidade externa do Brasil, e um maior saldo comercial evitaria

taxas de juro tão altas para atrair o investimento externo.

Para vencer as dificuldades, o diretor da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, defende que o governo deveria atuar junto com as

empresas no esforço exportador, “não apenas com palavras de estímulo”.

As vendas ao Exterior são boas para o exportador, mas também beneficiam diretamente o governo, que tem interesse nas divisas para equilibrar a balança de pagamentos – lembra Castro.

Um dos problemas, na avaliação do especialista, é a falta de cultura exportadora. Como o mercado interno é muito grande, acaba ganhando prioridade. Outra dificuldade é a complexa burocracia exigida nas vendas para o Exterior. Segundo dados da Fundação de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), de cada cem empresas que começam a exportar, 80 desistem.

– O marketing do governo melhorou muito, mas o dinheiro não. Os recursos do Proex (Programa de Incentivos à Exportação) não crescem há três anos – diz Castro.

